

# SOCIALISMO DOS PRINCÍPIOS

Jacques Bidet

*Este projeto universal do comunismo, que inspirou tanta abnegação e heroísmo, converteu-se ultimamente naquilo que a história certamente arquivará sob o nome de "regimes comunistas"*

Gostaria de iniciar, propondo uma fábula. Uma fábula que ajude a desfazer-nos daquela filosofia progressista da história que nos é familiar. E que reative uma forma cíclica de pensar que por muito tempo pusemos de lado. Não que a história se repita. Mas com certeza ela gira. E nós somos tomados por esse turbilhão.

Comecemos por um ponto X. Sob o capitalismo, os trabalhadores tendem a associar-se e a promover uma vontade central, dirigida a "determinar" o mercado com vistas ao bem comum, a fixar regras e garantias. Aquilo que vem assim determinado pela contratualidade central, escapa na mesma medida à contratualidade interindividual do mercado. O objetivo do movimento torna-se, com o progressivo crescimento do seu poder, o de estabelecer uma ordem convencional universal, uma ordem transparente, fundada na capacidade dos homens em contratar, todos juntos, de determinar em comum e de dividirem-se as tarefas necessárias à vida comum.

Mas a construção desta ordem universal, o comunismo, acabou muito cedo por voltar a dividir o povo em dirigentes e dirigidos, instituindo uma nova barreira de classe que empurra a maioria para uma posição subordinada. Até o ponto em que a maioria acaba por sublevar-se e exigir que lhe seja restituída a faculdade de iniciativa individual. Esta última, passando as fronteiras com grande pompa, apodera-se rapidamente das rédeas da economia, expulsando de novo os proletários. Estes recomeçam a coligar-se e reclamar garantias de condições de vida, um projeto de sociedade, a realização concreta da liberdade e da igualdade, numa palavra, o "socialismo". E outra vez estamos no ponto X. De onde parte-se novamente.

Porém poder-se-ia dizer que com esta espécie de ciranda, estou dando uma visão otimista das coisas. E que seria mais racional considerar que tudo isso já está acabado, definitivamente, e que voltou-se para sempre à normalidade. Que a

humanidade fez a sua experiência e basta. E que uma vez é suficiente.

Mas parece-me que não é assim. Deve-se considerar, com efeito, que as possibilidades que se abrem diante da humanidade racional, — e que consistem em argumentar e em acordar-se — oferecem necessariamente o duplo horizonte do acordo interindividual que forma o mercado e do acordo central que forma o plano. O mercado não pode ser levado a passar pela natureza humana nem o liberalismo pelo estado de graça. E isto pela simples razão que se cada um pode contratar com qualquer um; todos podem portanto, contratar entre si e a vontade geral não pode ser calculada, submetida à regra da exclusiva contratação interindividual, eliminando todo o projeto coletivo. Nisto reside a antinomia da modernidade. Antinomia, uma vez



V. Arbigone..

Conferência apresentada no Seminário "Fim do comunismo? Atualidade do marxismo?", realizado na Sorbonne (Paris). Traduzido de Rinascita 28 (26/08/90) por Rosalba Facchinetti.

que, o que é dado à contratualidade social é subtraído à contratualidade individual e vice-versa. O que, afinal, implica uma na outra. Esta é a forma geral antinômica do homem moderno.

Não é portanto um otimismo fátil que nos leva a esta epistemologia cíclica. Nem fatalismo. Fazemos somente um giro genérico. A história não está bloqueada. Ao contrário, é operando sobre estas questões-limite que poderemos produzi-la. E é aqui, talvez, que faça sentido a famosa fórmula a qual o socialismo é a passagem da pré-história à história.

Proponho-me agora a comentar a fábula. E de responder, ao fazê-lo, a quatro perguntas, baseando-me em algumas análises contidas no meu livro (a ser publicado em breve pela Press Universitaires de France) *Théorie de la modernité*: O que é o capitalismo? O que é o comunismo? O que é o marxismo? E o que é o socialismo?

#### O que é o capitalismo?

Partirei da elaboração de Marx no *Capital* que começa — é o objeto da primeira Seção — definindo a sociedade capitalista como uma sociedade integralmente mercantil. As relações que vigem entre os indivíduos são contratuais e se fundam sobre um acordo mútuo, condicionados unicamente pelo mercado. Uma dessas relações, como sabemos, é decisiva: a relação salarial, uma vez que quem assalaria a força de trabalho, o faz de tal forma que esta produza mais valor do que custa. É “mais-valia”, a partir da qual são analisadas a acumulação da riqueza e a dinâmica do capitalismo. Mas esta exploração que garante a reprodução do sistema de classes e que delimita de tal modo o espaço de liberdade deixado a uns e outros, é realizada, todavia, numa relação contratual entre homens livres, tanto que deixa aos assalariados a possibilidade de trocar de *partner*.

O capitalismo é assim definido por Marx como uma sociedade na qual, diferente dos sistemas precedentes, a relação de dominação e de exploração é realizada sob a

forma contratual. E daqui é necessário tornar a partir se se quiser retomar, corrigir e superar o trabalho de Marx, elaborar um conceito analiticamente pertinente de mundo moderno e abrir uma perspectiva política.

Concebo esta atualização da teoria de Marx como um “meta-marxismo”, vale dizer, uma construção mais ampla, na qual esta figurará como um elemento parcial. Aquilo que ele descreveu sob o nome de capitalismo surge, com efeito, como uma das possibilidades polares da “meta-estrutura” moderna. No outro pólo, deve-se situar a sociedade de tipo soviético. E, a partir destes dois extremos, pode-se representar a modernidade no seu conjunto. Chamo “meta-estrutura” o pressuposto comum às diversas formas estruturais contemporâneas, do capitalismo concorrencial ao sistema soviético. Não tenho a intenção de substituir o estudo histórico concreto por um esboço tipológico-comparativo. Tento apenas mostrar que é necessário alargar o modelo, de modo a considerar que aquilo que a tradição marxista, marcada por uma filosofia teleologicamente linear da história, apresentou sob a forma de seqüência capitalismo/comunismo, se dá, ao contrário, num quadro.

Tornemos a partir, então, daquela análise geral das relações mercantis generalizadas. É claro que Marx não a desenvolveu em toda sua plenitude. Na sua explanação, de fato, na primeira seção do *Capital*, falta alguma coisa essencial: considerar o centro. Não existe na realidade uma sociedade mercantil sem um centro, sem um poder que assegure a aplicação da lei de mercado, que sancione os contraventores e que possa em certa medida fazer-se a unidade das vontades contratuais. Mas, por um lado, a própria existência de tal centro de poder, o põe, como o lugar onde se afirmam as vontades mais fortes, como uma saída aberta às diversas

*Tento apenas mostrar que é necessário alargar o modelo, de modo a considerar que aquilo que a tradição marxista, marcada por uma filosofia teleologicamente linear da história, apresentou sob a forma de seqüência capitalismo/comunismo, se dá, ao contrário, num quadro.*

coalizões da vontade. E é nestas condições que, tão logo emergem os embriões de sociedade mercantil, vê-se o Estado agir e regulamentar, prever e organizar. Por outro lado, quando a contratualidade interindividual se afirma ao ponto de requerer efetivamente a contratualidade central, esta última não pode ser mantida sob observância da lei de mercado, porque entendida como uma lei fixada por antecipação que se quer impor.

A associação (no sentido genérico como aqui é tomado) reúne aqueles que encontram interesse em associar-se. Especificamente no capitalismo, aqueles que detém o capital de um lado, e aqueles que dele são desprovidos, de outro. Os primeiros tendem a monopolizar o poder segundo a lógica mercantil sob a égide dos capitais mais potentes. Os segundos tendem a promover uma centralização contratual de orientação posta, que dê sempre mais segurança e bem-estar à maioria.

A relação de produção moderna, se se quer tomá-la no seu conjunto, enquanto relação domínio-contratualidade interindividual, contratualidade central e associativa. Estas organizam, com a sua ação recíproca, o conjunto contratualidade-domínio que caracterizam a época moderna. É este conjunto de categorias que define a meta-estrutura que nos permite compreender o princípio daquele singular movimento cíclico graças ao qual pas-

*Rejeitando o mercado (e a tese de Marx é a de que é necessário rejeitar a categoria de mercado tanto quanto a de capital), o movimento comunista caminhava necessariamente em direção a uma sociedade integralmente planificada.*

sa-se de uma forma estrutural à outra. Do capitalismo ao comunismo e vice-versa.

Não creio ser necessário responder à questão — “O que é o capitalismo?”. Parece-me, com efeito, que Marx tenha respondido muito bem quando descreveu de que modo a propriedade privada dos meios de produção se reproduzia através da exploração do trabalho e encontrava o seu complemento no domínio político pela classe capitalista. Apenas quis mostrar que o capitalismo está incluído no quadro mais amplo daquilo que devemos chamar de modernidade. Com efeito, se o capitalismo se caracteriza, como evidenciou Marx, no fato de que a exploração-domínio se realiza numa relação contratual, somos induzidos a considerar este último no seu conjunto, vale dizer, também na dimensão central e associativa que comporta. E a partir disto pode-se recolocar dialéticamente o capitalismo no quadro mais amplo da meta-estrutura moderna.

(A explanação genérica aqui proposta deve ser entendida como uma propedêutica à explanação concreta do *world capitalism*: a pluralidade dos Estados assinala os limites das relações contratuais, e o sistema centro-periferia do ordenamento das demais relações de dominação compreendidas).

**O que é comunismo?**

A fábula que propus tinha, entre

outras coisas, a finalidade de mostrar com o que o comunismo faz parte da modernidade.

Quando se examina assim a questão do comunismo, compreende-se que o essencial não reside nas circunstâncias “asiáticas” do seu nascimento. Nem nos supostos efeitos do pensamento de Marx. Mas certamente no fato de que este último encontrou e ativou uma possibilidade fundamental inscrita na estrutura da matriz meta-estrutural moderna. Se, de fato, a relação mercantil pressupõe um centro que faça reinar a ordem contratual, este centro, tornando-se o lugar de uma vontade contratual, pode tornar-se o princípio de uma ordem não-mercantil.

Este projeto universal do comunismo, que inspirou tanta abnegação e heroísmo, converteu-se ultimamente naquilo que a história certamente arquivará sob o nome de “regimes comunistas”. E, ao invés de tentar falar uma língua “privada”, apegar-me-ei a esta expressão, visto que é necessário também designar com um nome específico aquela que é a experiência crucial da história humana. Este nome convém, até porque, na idéia de Marx, referia-se ao projeto de uma sociedade pós-mercantil. E esta, sim, realizou-se efetivamente, com a única forma que podia tomar: a de um centralismo estatal.

Ao capitalismo, com efeito, não poderia suceder alguma coisa do tipo “associação dos trabalhadores”, uma vez que a categoria da associação não pode tornar-se autônoma de outras duas, que designo respectivamente com o nome de contratualidade interindividual e contratualidade central. A que forma o mercado e a que forma o plano. E, entre o plano e o mercado, não se dá um terceiro princípio de ordem. Rejeitando o mercado (e a tese de Marx é a de que é necessário rejeitar a categoria de mercado tanto quanto a de capital), o movimento comunista caminhava necessariamente em direção a uma sociedade integralmente planificada. O que tivemos que aprender é que a planificação universal é tam-

bém o princípio de uma sociedade de classes. E que o mundo moderno apresenta assim duas possibilidades polares fundamentais de constituição de classes, uma a partir da apropriação mercantil dos meios de existência social e a outra a partir da apropriação central, estatal.

Assim, surgiu um outro sistema de classes, fundado na associação dos que são reunidos por uma situação comum, na qual controlam a resolução central planificada pela vida social. É necessário, aqui como no caso do capitalismo, evitar fechar, na busca positivista vã, a definição de um perfil sociológico para a classe dominante. Aquilo que é pertinente em ambos os casos, é o princípio da discriminação de classe, a possibilidade de uma preeminência social e política pela obtenção privada num caso e pública no outro, dos meios sociais de vida. O que remete às figuras polares: mercado e plano.

O sistema designado como “comunista” apresenta evidentemente uma especificidade sua. De minha parte, recuso-me qualificá-lo como “capitalístico”, exatamente porque realizou o outro sistema de classes, polarmente oposto de modernidade. Um sistema profundamente diferente no tipo de civilidade que fez nascer. Não é aqui o lugar para tentar um balanço. Omitirei então, aquilo que se refere às condições históricas nas quais emergiram estas sociedades e limitando-me a uma consideração sistêmica, mencionarei apenas três pontos.

1) As contradições mesmas deste modo de produção estão, antes de mais nada, relacionadas com o fato de que a planificação universal constitui um sistema hierárquico. É bem verdade que o poder não está inteiramente concentrado no topo, uma vez que, mesmo os patamares da base, sempre têm meios de fazer-se ouvir. Todavia, existe necessariamente, ao longo da cadeia hierárquica um divisor de águas entre dirigentes e dirigidos. Um lugar no qual a posição que ocupo, em relação aos outros, tem menos importância do que a po-

sição que outros ocupam em relação a mim. A forma plano, é portanto, ela também, princípio de monopolização do poder sobre a produção, de domínio de uns sobre outros. Quando isto se firma sem restrições, dão-se então as condições pelas quais o poder se concentra de tal maneira que solda o bloco social dos estratos dirigentes, quer se trate daqueles da produção ou de outras esferas sociais decisivas. As relações de produção planificadas fornecem assim o princípio da associação partidária.

2. O partido único surge como a instituição funcional deste domínio de classe. Tal funcionalidade acaba entendida como um tipo de homologia sinérgica entre o organismo de orientação e o organismo de execução. A unidade e a unicidade do partido são análogas à unidade e unicidade do plano. Estes permitem uma fusão intelectual que assegura uma representação unificada de fins e normas. É uma unidade prática através da seleção que permite operar o controle da ascensão social, etc. A isto, junte-se, que um partido único é necessariamente interclassista e a este título exercita contemporaneamente as funções de legitimação e de compromisso. A partir daí é ele mesmo penetrado pelas contradições que explodirão a qualquer momento, sob a luz do sol, como se pode ver atualmente.

Assim, a planificação exigiu como seu complemento funcional, o partido único e tudo aquilo que ele comporta. Isto leva a pôr em dúvida a representação (tradicional) do socialismo sob a forma de uma planificação universal democrática.

A característica desta forma partido-único é que ela se impõe sobre todos os estratos da hierarquia social e o faz eficientemente pelo fato que é fundada sobre uma disciplina pseudo-voluntária, até assumir o predomínio sobre eles. A tal ponto que aquela associação privada, que é o partido, tende a apropriar-se do Estado. E esta é a negação mesma do Estado de direito.

3. A sociedade comunista pertence, apesar de tudo, ao mundo moderno, no sentido em que Marx pôs o critério contratual como discriminante da modernidade (e o fez em sua definição das relações mercantis e salariais). Ela é, com efeito, oficialmente fundada sobre a contratualidade central. E reúne presumivelmente homens livres. Tal sociedade, além de conservar o mercado de trabalho (este é o vínculo contratual no seio da sociedade civil, correlato ao vínculo contratual central suposto e, sem o qual este pressuposto não seria possível), não pode dispensar a fachada democrática do sufrágio universal. Ela não pode deixar de afirmar que a política é coisa para todos, e lembrar incessantemente que todos são chamados a participar. E esta contratualidade formal é tomada — como também é o caso das famosas liberdades “formais” do capitalismo — como um traço real, uma contradição real desta sociedade.

Na realidade, efetivamente houve, entre outras coisas, o confisco da vida política para a maioria e, por um longo período, o fechamento e o terrorismo de massa. Mas esta realidade não poderia, como nos tempos da escravidão, passar por um estado de direito. Pelo menos na teoria, a repressão não podia ser exercida oficialmente senão contra aqueles que contrariavam uma ordem quista pela grande maioria do povo. Não se pode reprimir, no mundo moderno, senão em nome da democracia. E esta é uma contradição que enfraquece os opressores.

Caracterizei, retomando Marx, os sistemas modernos como sistemas nos quais a exploração-domínio se exercia através de uma relação contratual. Isto não é contraditório. O que os caracteriza de fato (e os distingue das autocracias e das tiranias anteriores) é que eles criam o próprio poder através de um processo de legitimação democrática. Isto mostra com clareza que estes sistemas não constituem um outro mundo, mas sobretudo uma ameaça inscrita na meta-estrutura do mundo em que vivemos.

*Assim, a planificação exigiu como seu complemento funcional, o partido único e tudo aquilo que ele comporta. Isto leva a pôr em dúvida a representação (tradicional) do socialismo sob a forma de uma planificação universal democrática.*

### O que é o marxismo?

Mesmo trabalhando no terreno filosófico onde produziu novidades, especialmente no campo da antropologia, Marx não criou uma filosofia. E o marxismo não pode substituir a filosofia.

Aquilo que ele produziu é uma teoria mais ou menos geral da história. Uma teoria atravessada por diversas linhas filosóficas, transformando-se em seguida, rapidamente, em línguas filosóficas diversas.

Limitar-se-ei aqui à parte mais relevante desta enorme empresa: a sua concepção de capitalismo. Tentei assinalar que se tratava de uma teoria “parcial” da modernidade. E neste sentido o marxismo necessita acima de tudo, se assim posso exprimir-me, ser completado. Quero dizer com isto: ser inscrito num meta-marxismo, no sentido de uma teoria mais ampla. É Marx mesmo a indicar a estrada desta superação quando no início do *Capital*, antes de descrever as relações propriamente capitalistas, define as relações mais gerais que caracterizam o mundo moderno, isto é, as relações mercantis, que são, como ele afirma, os “pressupostos” do capitalismo. Basta a este ponto completar a análise. Estas relações mercantis postulam, com efeito, um centro. Que não pode ser constituído apenas pela lei mercantil da contratualidade individual. Até porque no centro do sistema contratual pode afirmar-se contratualmente apenas uma vontade “subs-

É como se o pensamento de Marx, que tanto contribuiu à crítica da opressão política e tanto militou para a realização da democracia, ficasse suspenso nesta zona de sombras, que o torna inapto para produzir uma teoria do político. Parece-me que isto influenciou profundamente uma certa cultura comunista, indiferente à questão de uma ordem política justa.

tancial", como diz Hegel. Uma vontade-projeto concreto, uma vontade-plano. Isto é, na sua complexidade, o pressuposto do sistema moderno enquanto sistema que se caracteriza pelo fato de que o domínio realiza-se através da forma contratual. Tal pressuposto apresenta assim uma dupla face e constitui o princípio de um duplo sistema de classe. Eis em que sentido o marxismo deve evoluir para meta-marxismo.

Passando, assim, da parte ao todo se obtém uma visão dialética do mundo moderno. Mostrei num livro anterior, de uma maneira mais técnico, que o *Capital* falhava regularmente nas suas pretensões dialéticas. Agora posso dizer porque. O fato é que o *Capital* excluía desde o início o universal. Rejeitava como uma quimera social democrática a universalização, através da instância estatal proposta por Hegel, a humanização das relações mercantis. Ficava, assim, ancorado ao estudo da sociedade civil (no sentido hegeliano das relações mercantis capitalistas), da qual mostrava as contradições insuperáveis multiplicadas por um Estado feito à sua imagem e semelhança. E remetia a conciliação universal a um mundo pós-mercantil posterior. Agora, viu-se que este último, que

ordena segundo um plano, encobria um princípio de domínio similar.

O meta-marxismo reabilita, portanto, em toda sua amplitude, a problemática aberta por Hegel. Mas o faz assumindo aquela crítica marxista que demoliu as ilusões hegelianas. E o retorno a uma construção dialética da modernidade que mostra como o universal pode agir na mesma sociedade civil e não só como ameaça que a submete. É uma rejeição da historização marxiana da dialética. É a aceitação da modernidade como coexistência entre sociedade civil e Estado, mas com plena consciência, devida especialmente à obra crítica de Marx, dos princípios de alienação que ambos contêm.

O meta-marxismo se propõe não só a completar o marxismo (integrando-o num espaço teórico mais amplo) mas também corrigi-lo. Não pretende ser um pós-marxismo, mas uma crítica do marxismo.

Na realidade Marx, desde a *Questão Hebráica* (1843), renunciou à teoria política. Toda a sua obra é claramente orientada através de perspectivas democráticas. Apresenta, todavia, exatamente nisso, uma inquietante incerteza, uma zona de absoluta sombra. A crítica marxiana de Estado não é somente a *del boa constrictor*. É a crítica da idéia mesma de um lugar onde sejam arbitrados os interesses particulares nos quais se realiza um acordo jurídico. Esta é a razão, entre outras, pela qual são rejeitadas globalmente, enquanto pontos de referência últimos, as categorias de justiça, de direito e de política. O comunismo do famoso texto de Marx sobre o programa de Gotha é uma idéia reguladora que supera tudo isto. É verdade que supõe, no rigor da lógica, uma humanidade que teria superado o estado de necessidade.

O único modo de analisar esta performance conceitual é aquela de vê-la como uma demolição imaginária da filosofia política clássica, como se exprime claramente em Kant. Este distingue a ordem da moral, segundo o qual os homens

se reconhecem ao infinito as suas liberdades, da ordem do direito, que é o da possível coexistência das liberdades, para além de todos os limites, para além da escassez dos meios que provocavam as apropriações privadas destes e a promoção de um interesse em detrimento de outro. Um tal universo é quase impossível de destacar da ordem kantiana da moral.

É como se o pensamento de Marx, que tanto contribuiu à crítica da opressão política e tanto militou para a realização da democracia, ficasse suspenso nesta zona de sombras, que o torna inapto para produzir uma teoria do político. Parece-me que isto influenciou profundamente uma certa cultura comunista indiferente à questão de uma ordem política justa.

#### O que é o socialismo?

Deveria estar claro que o meta-marxismo completa e corrige o marxismo com um só movimento, uma vez que é a atenção voltada para o conceito de contratualidade que insere a teoria do capitalismo no conjunto mais vasto da modernidade, e ao mesmo tempo restitui ao elemento político toda sua consistência. Chegamos assim à questão do socialismo. Neste ponto fez-se, bem entendido, uma escolha léxica que pode ser discutível. Mas, visto que o socialismo nunca foi realizado em lugar nenhum, o termo socialismo está disponível para designar a sociedade que queremos. Limito-me aqui a enunciar o início do caminho.

A insuficiência de Marx reside, parece-me, no fato de ter pensado o socialismo como um outro mundo, um mundo pós-mercantil. O verdadeiro problema, para a humanidade moderna, parece-me, que é o de chegar à realização mais alta da própria liberdade nas condições-limite próprias deste mundo, caracterizado pelo que chamo a antinomia da modernidade. A teoria política do socialismo não tem portanto o objeto para delinear as formas sociais de um mundo totalmente diferente, mas o de enunciar os princípios relativos à mais alta realização humana no interior da-

que as formas incluíveis representadas pelo plano e pelo mercado. De fato, é também a partir daqui que podem ser pensadas e realizadas as instituições de associação, aqueles espaços de cooperação igualitária e comunitária, para além de cada contratualidade, que serão as obras-primas da nossa humanidade.

A teoria dos princípios está atualmente renascendo, mas até agora no quadro de um pensamento liberal como o de Rawls, que não afronta a antinomia da modernidade mas move-se entre uma ordem política dirigida, pelo menos na teoria, pela contratualidade social e uma ordem econômica que seria definida pelo mercado. Na realidade a teoria dos princípios, longe de ser atada a esta opção liberal ou social-democrática, tem por terreno a forma geral antinômica da modernidade que conjuga plano e mercado sem prioridade de um sobre o outro. Ela tem por objeto o domínio humano, livre e igual, exercido pela maioria dos homens sobre as próprias condições de vida. A elevação de cada um à mais alta liberdade.

O divisor de águas entre reformistas e revolucionários passava entre aqueles que queriam decidi-

damente mudar o mundo e aqueles que propunham melhorá-lo progressivamente. Esta distinção tornou-se incerta. Parece-me que a teoria dos princípios seja de natureza tal que possa renová-la, uma vez que tem na mira determinar o inaceitável, o intolerável. Ela suscita constantemente motivos justos de reivindicação e revolta. E, longe de dedicar-se a justificar a todo custo o consenso e a busca do consenso, ensina ao contrário, a discernir os limites do discurso consensual, a discernir o momento em que o discurso se transforma em exercício de poder através da palavra. Em violência discursiva, princípio de violência *tout court*.

A perspectiva do socialismo se organiza em torno das grandes possibilidades de projeto coletivo, que tendem, enfim, a situar-se, na maioria, acima dos velhos Estados-nação. Entidades geopolíticas mais amplas, como da Europa, conquistam hoje relevo. Mas através destas mediações, no momento em que a ação do capital sobre o planeta é mais devastante do que nunca, a questão do socialismo enquanto vontade substancial da espécie humana, põe-se em escala planetária. A questão posta é a do governo mundial.

*O divisor de águas entre reformistas e revolucionários passava entre aqueles que queriam decididamente mudar o mundo e aqueles que propunham melhorá-lo progressivamente. Esta distinção tornou-se incerta.*

E há, seguramente, continuidade entre explanação marxista, sob o eixo da apropriação social dos meios de vida, e a reflexão ecológica, centrada sobre as condições materiais últimas da existência humana. Não se trata mais somente da apropriação por parte de alguns, do patrimônio produtivo produzido por todos. Enfim, trata-se agora, também, do domínio humano sobre as mesmas condições de (re)produção da vida e da sobrevivência da espécie humana. A relação de classe inscreve-se na relação ecológica, que constitui agora o horizonte do socialismo.

Vermelho e verde andam juntos.